

OFICINAS PARTICIPATIVAS NA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE MATA ATLÂNTICA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

GUILHERME LEITE GAUDERETO
UNINOVE – Universidade Nove de Julho
gaudereto.guilherme@gmail.com

ALEXANDRE DE OLIVEIRA E AGUIAR
UNINOVE – Universidade Nove de Julho
aaguiar@uninove.br

AMARILIS GALLARDO
UNINOVE – Universidade Nove de Julho
amarilislcfgallardo@gmail.com

OFICINAS PARTICIPATIVAS NA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE MATA ATLÂNTICA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

RESUMO

O município de São Paulo deflagrou, em 2014, o início da realização do Plano Municipal da Mata Atlântica, impulsionado pela Lei da Mata Atlântica e pela revisão do Plano Diretor. Esse relato técnico apresenta o processo das oficinas participativas para identificação de potenciais áreas prioritárias para conservação e recuperação da Mata Atlântica dentro do contexto do Plano Municipal da Mata Atlântica. O método adotado para obtenção da percepção da sociedade durante a dinâmica das oficinas contemplou: a confecção prévia de mapa para a identificação das áreas prioritárias; o preenchimento de uma ficha de registro para apontamento dessas áreas no mapa; e a descrição de uma ficha de diagnóstico das áreas caracterizadas como prioritárias, que poderiam ser todas ou algumas das identificadas na etapa anterior. Considera-se que as oficinas tiveram alcance satisfatório, em relação ao número de participantes previsto pelos responsáveis pelo Plano Municipal da Mata Atlântica e à divisão dos grupos gerenciados nas oficinas pelos facilitadores. Um dos aspectos positivos refere-se aos aprimoramentos no método promovidos entre oficinas sucessivas. Recomenda-se que as etapas posteriores de elaboração do plano consigam comunicar com transparência a influência dessa etapa na consecução dos objetivos do Plano Municipal da Mata Atlântica.

ABSTRACT

In 2014, São Paulo city launched the beginning of the Municipal Atlantic Forest Plan driven by the Atlantic Forest Law and the revision of its Master Plan. This technical report presents the process of participatory workshops to identify potential priority areas for conservation and restoration of the Atlantic Forest within the Municipal Atlantic Forest Plan. The method for obtaining the perception of society during the workshops included: the previous preparation of work map for identifying priority areas; filling out a registration form for identifying these areas on this map; and finally the description of this or these priority areas. It is considered that the workshops had satisfactory results regarding to the number of participants and the division of the groups managed by the facilitators in the workshops. One of the positive aspects of this process refers to improvements in the method promoted between successive workshops. The authors hope that the later stages of this plan can be able to communicate with transparency the influence of this step – public participation – in achieving the objectives of the Municipal Atlantic Forest Plan.

Palavras chave: Plano Municipal de Mata Atlântica, Participação pública, Políticas públicas.

Key words: Municipal Atlantic Forest Plan, public participation, public policies

INTRODUÇÃO

A vegetação do bioma Mata Atlântica encontra-se reduzida a menos de 10% de seu território original e está dispersa, de maneira fragmentada, em uma região que abrange cerca de 70% da população brasileira. Ainda assim, possui papel na regulação dos recursos hídricos, fertilidade do solo, clima, além de ser considerada Patrimônio Nacional pela Constituição Federal (art. 225) e um *hotspot* de biodiversidade (uma das áreas com maior biodiversidade do planeta) (Dutra, 2013; Varjabedian, 2010).

A Lei da Mata Atlântica (Lei nº 11.428, Brasil, 2006), único diploma legal específico para um bioma na escala federal, em seu artigo 38 permite que, por meio do Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (conhecidos também como PMMA – Planos Municipais da Mata Atlântica), que os municípios que possuem remanescentes desse bioma atuem ativamente na defesa, conservação e recuperação da vegetação utilizando recursos da União com essa finalidade (Aguiar & Steinmetz, 2013).

Em 2014, motivada pela publicação de seu novo Plano Diretor, a Cidade de São Paulo iniciou a elaboração do seu PMMA, com o apoio técnico da Fundação SOS Mata Atlântica, instituição responsável por fomentar esse processo ao longo do país. O marco oficial do início das ações no município paulista foi constituído por três iniciativas: a assinatura de um Termo de Cooperação Técnica entre a Secretaria do Verde e Meio Ambiente (SVMA) da Prefeitura de São Paulo e essa Fundação, a criação de um Grupo de Trabalho (GT) e de uma Comissão Especial do Conselho de Meio Ambiente (CADES), para elaboração e acompanhamento do PNMA, constituída por representantes de secretarias municipais, das instituições privadas e de organizações não governamentais, como previsto em uma de suas diretrizes.

A intervenção estudada nesse relato técnico é uma das fases do processo de elaboração do PMMA de São Paulo: a realização de oficinas participativas para identificação de potenciais áreas prioritárias para conservação e recuperação da Mata Atlântica no município a partir da percepção de representantes da sociedade.

OS PLANOS MUNICIPAIS DA MATA ATLÂNTICA

De acordo com o mapa anexo à Lei 11.428/2006 (Brasil, 2008b), 3.410 municípios brasileiros (Tabela 1) estão inseridos no domínio da Mata Atlântica, podendo vir a elaborar seus respectivos PMMA e solicitar verba da União para essa finalidade.

Tabela 1 – Número de municípios inseridos no domínio do bioma Mata Atlântico por região (Brasil, 2008b).

Região	Número de municípios
Nordeste	703
Sudeste	1.506
Sul	1.130
Centro-Oeste	71
Total:	3410

A Lei da Mata Atlântica, ao estabelecer critérios para os Planos Municipais da Mata Atlântica, determina que esses planos sejam submetidos à aprovação dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente, que são órgãos colegiados, compostos paritariamente pela sociedade civil organizada e o poder público.

O Decreto Federal nº 6.660, de 21 de novembro de 2008 (Brasil, 2008a) estabelece o conteúdo mínimo do Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica em seu artigo 43. De forma que os planos deverão constar com no mínimo:

- I. Diagnóstico da vegetação nativa com mapeamento dos remanescentes em escala 1:50.000 ou maior;
- II. Indicação dos principais vetores de desmatamento ou destruição da vegetação nativa;
- III. Indicação de áreas prioritárias para conservação e recuperação da vegetação nativa;
- IV. Indicação de ações preventivas aos desmatamentos ou destruição da vegetação nativa e de conservação e utilização sustentável da Mata Atlântica no Município. (Brasil, 2008a).

O PMMA não é de realização obrigatória, apesar de ser um importante instrumento para o planejamento ambiental (Dutra, 2013). Neste contexto, o governo federal adotou medidas voltadas à divulgação e ao fomento da elaboração deste Plano por meio de um projeto, intitulado “Proteção da Mata Atlântica II”, que possui como objetivos a proteção, recuperação e o manejo sustentável deste Bioma.

Este projeto de âmbito federal, que se insere na Iniciativa Internacional de Proteção ao Clima (IKI) como também na de Proteção à Natureza e da Segurança dos Reatores Nucleares da Alemanha (BMU), com o apoio técnico da Agência Alemã de Cooperação Técnica (GTZ) e financeiro do Banco de Desenvolvimento da Alemanha (KfW Entwicklungsbank), é fomentado e coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e tem os recursos geridos pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO).

Uma das ações deste projeto é o monitoramento dos planos que vem sendo realizados no país. Em junho de 2014, conforme apresentado na Tabela 2, 102 cidades brasileiras estavam envolvidas, em estágios diferenciados, na elaboração de seus respectivos PMMA (Ambiental Consulting, 2015).

Tabela 2 - Estágio de desenvolvimentos dos PMMAs nos municípios brasileiros (Ambiental Consulting, 2015).

Estágio	Total de projetos
Elaborado	20
Em elaboração	63
Em implementação	5
Mobilizado	14
Não envolvidos	3.308

Como fruto do projeto Proteção da Mata Atlântica II, foi consolidado um roteiro metodológico para criação desses planos, o qual foi desenvolvido por representantes do poder público e da sociedade civil. Esse manual contém indicações sobre o que deve ser considerado no plano, como também diversas recomendações, na qual podemos destacar a necessidade de participação social em todas as suas etapas. Essa participação, em todas as fases do plano, tem o objetivo de contribuir com a conscientização e o comprometimento da população e instituições da sociedade civil (Dutra, Cordeiro, Cordeiro, & Deitenbach, 2013).

O CONTEXTO NA CIDADE DE SÃO PAULO

Na cidade de São Paulo a distribuição das áreas verdes ocorre de modo heterogêneo, marcada por pequenos fragmentos de vegetação nos parques municipais distribuídos pela sua região central, e vastas áreas verdes nas regiões periféricas.. Atualmente São Paulo dispõe de 103 parques e 9 unidades de conservação municipais e (Prefeitura de São Paulo, 2014). A escassez de áreas verdes na cidade favorece a formação de ilhas de calor, ocorrência de enchentes, perda da qualidade do ar, dentre outros, que se refletem na qualidade de vida e saúde da população (Cidade de São Paulo, 2011).

O PMMA paulistano deverá também servir de subsídio para a elaboração e execução de uma série de instrumentos de gestão ambiental e políticas públicas na cidade, conforme apresentado na Figura 1.

Tipo de instrumento	Nome
Planos	Plano Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres
	Plano Municipal de Conservação e Recuperação de Áreas Prestadoras de Serviços Ambientais
	Plano Municipal da Arborização Urbana
	Plano Municipal de Estratégias e Ações Locais para Biodiversidade da Cidade de São Paulo
	Plano de Manejo e Zoneamento da Area de Proteção Ambiental (APA) Municipal Bororé-Colônia
Zoneamento	Planos de Manejo e Conselho Consultivos dos Parques Naturais da cidade
	do Zoneamento Geoambiental da APA Municipal Capivari-Monos
Outros	Zoneamento da Cidade de São Paulo
	Implementação dos Planos de Manejo e Conselho Consultivos dos Parques Naturais da cidade
	Requalificação de alguns parques
	Revisão de perímetro de alguns parques
	Estruturação do cadastro ambiental de áreas prestadores de serviços ambientais
Cadastro georreferenciados de praças do município	
	Fiscalização de expansão urbana em APAs

Figura 1 – Quadro com os Instrumentos de gestão ambiental para os quais o PMMA deverá fornecer as bases para a elaboração e/ou execução. Fonte: Adaptado do Plano Diretor da Cidade de São Paulo (Cidade de São Paulo, 2014).

Para a elaboração do PMMA, a prefeitura, na portaria intersecretarial 001 de 2015 (Cidade de São Paulo, 2015), estabeleceu um grupo de trabalho composto pelas secretarias

do Verde e Meio Ambiente – SVMA (12 participantes); de Desenvolvimento Urbano – SMDU (dois participantes); de Coordenação das Subprefeituras – SMSP (02 participantes); e uma parceria de cooperação técnica com a Fundação SOS Mata Atlântica.

Este grupo, de acordo com a mesma portaria, teve como objetivo elaborar um plano de trabalho; o diagnóstico da situação atual; propor ações e projetos de recuperação e conservação; identificar as interfaces com outros instrumentos do planejamento urbano; prever recursos orçamentários e outras fontes para a implementação de ações prioritárias; além de articular a participação do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CADES) e a sociedade civil nas oficinas.

Com a finalidade de participar da elaboração e acompanhar o PMMA de São Paulo, o CADES criou uma comissão especial que conta com 31 participantes, representantes de diferentes instituições do poder público, da iniciativa privada, do terceiro setor e da sociedade civil organizada.

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

No plano de trabalho do PMMA paulistano estava previsto, como parte integrante do diagnóstico da situação atual, a realização de oficinas participativas com o propósito de identificar áreas prioritárias para conservação e recuperação da Mata Atlântica. Como esses apontamentos seriam feitos a partir da percepção dos participantes, optou-se por coletar também informações referentes aos serviços ecossistêmicos prestados por esses locais, para que assim fosse possível compreender as condições, a partir dos benefícios, possíveis ameaças, usos existentes e possíveis usos dessas áreas. Essas informações foram levantadas por meio de mapas do município, uma ficha de registro e uma ficha de diagnóstico das áreas identificadas.

Os mapas foram produzidos pela SVMA, sendo parte deles para a identificação das áreas, em escala 1:10.000, e mapas com o zoneamento e o limite das subprefeituras vigentes na cidade, em escala 1:50.000. Para facilitar a identificação do território, todos os mapas continham informações sobre a hidrografia, escolas municipais, unidades básicas de saúde, informação de viário, além dos parques já existentes e em planejamento.

A ficha de registro consistia em um instrumental para apontamento de todas as áreas registradas no mapa, com um espaço para justificativa da escolha. Por sua vez, a ficha de diagnóstico era composta por um questionário, baseado na metodologia utilizada pela Reserva da Biosfera do Cinturão de Verde de São Paulo, que abordava os seguintes temas:

- a) Perfil do grupo responsável pelo preenchimento da ficha;
- b) Descrição da área de interesse: local; indicação de uso; caracterização da vegetação; ocorrência de corpos d'água, nascentes, fauna e flora;
- c) Percepção da presença ou ausência dos serviços ecossistêmicos de provisão, regulação, cultural e de suporte;
- d) Ameaças em potencial;
- e) Definições de possíveis propostas de uso para área destacada;
- f) Comentários sobre a área destacada.

A primeira versão do questionário foi pré-testada na reunião de preparação para a primeira oficina com a com equipe de facilitadores que mediarão as oficinas.

Para definição do número de oficinas, levou-se em conta o cronograma geral do projeto, a disponibilidade de técnicos, a geografia a facilidade de acesso e a disponibilidade de parcerias para cessão de locais, além do calendário das discussões públicas sobre a revisão da lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, uma vez que o público alvo de ambas era o mesmo. Ao todo foram realizadas quatro oficinas, abrangendo regiões distintas do município, como apresentado na Figura 2.

	Local:	Data:	Contemplados os distritos das subprefeituras de:
1ª Oficina	SESC Itaquera	21/03	Itaim Paulista, São Miguel, Ermelino Matarazzo, Penha, Guaianases, Cidade Tiradentes, São Mateus, Itaquera, Vila Prudente, Sapopemba e Aricanduva/Vila Formosa
2ª Oficina	UNINOVE – Campus Vergueiro	28/03	Mooca, Vila Maria/Vila Guilherme, Ipiranga, Jabaquara, Vila Mariana, Sé, Santana/Tucuruvi e Jaçanã/Tremembé.
3ª Oficina	UNINOVE – Campus Memorial	11/04	Perus, Pirituba/Jaraguá, Casa Verde, Freguesia do Ó, Lapa, Butantã e Pinheiros.
4ª Oficina	UNINOVE – Campus Santo Amaro	25/04	Campo Limpo, M' Boi Mirim, Santo Amaro, Cidade Ademar, Parelheiros e Capela do Socorro.

Figura 2 - Oficinas de Mapeamento Participativo realizadas no município de São Paulo no âmbito da elaboração do PMMA

As oficinas foram divulgadas por meio de informações no website da SVMA, SMDU e SMSP, mensagens de e-mail enviadas pela prefeitura de São Paulo e pelos integrantes da comissão do PMMA e parceiros, mídias sociais como o facebook, divulgação direta nos Conselhos Regionais de Meio Ambiente das Subprefeituras, e através de ONGs e Associações.

A realização das oficinas seguiu o seguinte roteiro metodológico:

1. Credenciamento dos envolvidos;
2. Apresentação do PMMA de São Paulo e explicação da oficina de mapeamento.
3. Mapeamento de áreas de interesse para a conservação e/ou recuperação;
4. Análise da percepção dos serviços ecossistêmicos prestados pelas áreas de interesse apontadas;
5. Construção de cenários futuros por meio de atividade lúdica;
6. Apresentação coletiva dos cenários futuros traçados pelos participantes.

A apresentação sobre o PMMA foi dividida em pequenas palestras por membros do Grupo de Trabalho, sendo a duração total variável entre 30 e 60 minutos. Os temas abordados versaram sobre a definição de Mata Atlântica, sua situação atual no município, seu contexto legal e os instrumentos de política pública envolvidos nessa temática. A partir desse último ponto, contextualizou-se a elaboração do PMMA e como este instrumento foi proposto para a cidade de São Paulo na atual gestão, descrevendo um panorama geral de seus objetivos e metodologias.

Para as atividades de mapeamento formaram-se grupos baseados na divisão das subprefeituras e os participantes foram convidados a se dirigir, de acordo com seu interesse, para as mesas de trabalho. Nelas estavam dispostos os seguintes materiais: canetas, mapas para identificação das áreas, mapa do zoneamento e da subprefeitura em questão, fichas de

registro e diagnóstico. Para cada grupo havia no mínimo dois facilitadores que conduziram o momento do mapeamento.

Os facilitadores, em grande maioria, eram servidores públicos municipais e estaduais, como também profissionais das instituições parceiras, com variados níveis de experiência em gestão, monitoramento e planejamento de áreas verdes urbanas, unidades de conservação, conservação da biodiversidade, planejamento territorial, fomento a políticas públicas e mobilização social. Na terceira oficina, a pedido do grupo de trabalho, a UNINOVE, que cedia o espaço físico, e era uma das instituições parceiras do desenvolvimento do plano, recrutou alunos de mestrado e alunos já formados como facilitadores assistentes.

Após a divisão dos grupos, os facilitadores realizavam uma roda de apresentação e retomavam a metodologia explicada durante a plenária inicial, apresentando os mapas por meio da contextualização de pontos de referência. Na sequência, procedia-se a orientação adequada para a identificação das áreas de interesse, que eram delimitadas pela marcação do perímetro e identificação numérica nos mapas. Todas as áreas deveriam ser apontadas e justificadas na ficha de registro. Com relação a essas áreas, os participantes eram orientados a escolher algumas ou todas, dependendo da indicação do grupo, para o preenchimento da ficha de diagnóstico.

A última atividade envolveu a construção coletiva de um cenário futuro das áreas apontadas, para isso era solicitado aos participantes que visualizassem como esses locais estariam daqui a 10 ou 15 anos. Após um breve debate, mediado pelo facilitador, os integrantes eram convidados a registrar suas projeções no formato de um desenho coletivo, que seria apresentado, na sequência, a todos os grupos. Ao término dos trabalhos, todos os grupos foram convidados a fazer uma avaliação da oficina para servir como um balizador da eficácia desse processo participativo.

Como registros das atividades, cada grupo produziu:

- a) Identificação em mapas impressos na escala 1:50.000 das áreas potenciais para conservação e recuperação da Mata Atlântica no Município de São Paulo;
- b) Lista das áreas mapeadas com justificativas para inclusão das mesmas apontadas nas fichas de registro;
- c) Questionários de 36 questões preenchidos de acordo com a área referente;.
- d) “Cenário futuro” expressando a visão do grupo em relação à conservação e recuperação da Mata Atlântica na área de abrangência do grupo.

Durante todo o processo, após cada oficina, a equipe de trabalho realizava uma auto-avaliação, identificando possíveis falhas e necessidades de adequação da metodologia. A proposta final descrita neste relato foi aprimorada, mais especificamente entre a segunda e a terceira oficinas, momento em que foi realizada a adequação do formato do questionário, a fim de facilitar o seu preenchimento. As principais melhorias realizadas foram:

- a) Melhor definição do papel e dos métodos dos facilitadores;
- b) Melhoria do questionário;
- a) Introdução da ficha de registro resumo das áreas identificadas no mapa.

Em continuidade aos trabalhos, a equipe responsável pelas oficinas, elaborou um balanço prévio dos resultados, analisando principalmente o preenchimento das fichas e a

efetividade da metodologia proposta. A Tabela 3 mostra os resultados do número de participantes em cada oficina e a Tabela 4 apresenta resultados prévios com relação as áreas mapeadas.

Tabela 3 - Resultados do número de participantes em cada oficina

Oficina	Público geral	Facilitadores
Sesc Itaquera	45 (não inclui alunos)	8
Vergueiro	27 (não inclui alunos)	17
Memorial	47 (não inclui alunos)	15
Santo Amaro	53	30

Tabela 4 – Resultados obtidos nas oficinas de mapeamento.

Oficina	Número de áreas mapeadas	Área total mapeada (ha)	Menor área (ha)	Maior área (ha)	Média (ha)
Centro Norte Leste	65	2940,27	1,68	391,38	45,23
Leste	67	3638,22	1,58	772,11	54,30
Norte Oeste	124	10373,74	1,55	931,48	83,66
Sul	148	43672,42	0,48	9705,65	295,08
<i>Total</i>	<i>404</i>	<i>60624,65</i>	<i>0,48</i>	<i>9705,65</i>	<i>150,06</i>

DISCUSSÃO

A orientação para que a participação social ocorra em todas as etapas do desenvolvimento desta importante política pública para a conservação e recuperação das áreas verdes da cidade de São Paulo é defendida, teoricamente, na literatura científica, como destaca Bingham, Nabatchi, & O’Leary (2013), que compilam uma série de casos da participação social na governança ambiental em todo o mundo.

As oficinas tiveram, de maneira geral, um alcance satisfatório, em relação ao número de participantes que era previsto pelo grupo de trabalho responsável pela elaboração do PMMA. As divisões dos grupos também se mostraram adequadas uma vez que seria difícil trabalhar com um grupo maior de pessoas. Essa hipótese se dá em razão dos resultados de um dos grupos da quarta oficina, composto por 15 integrantes no qual a participação coletiva, principalmente na escolha de áreas e preenchimento da ficha diagnóstico, foi prejudicada pela dificuldade de gerenciamento dos facilitadores.

Alguns participantes expressaram uma ansiedade e um desejo de que fossem realizadas mais oficinas e que estas tivessem um foco mais específico à realidade dos bairros (e não de macrorregiões). Isso, no entanto, demandaria uma equipe maior de técnicos e/ou um prazo maior para elaboração do plano, limitações essas que foram consideradas no momento do planejamento da atividade. Contudo, a realização de oficinas mais específicas pode ser uma proposta presente no plano para aprimoramento de sua gestão.

Larson & Ferroukhi (2003) destacam que democracia e equidade na esfera local são um dos fatores de sucesso para a gestão florestal municipal e nesse sentido a experiência das oficinas é uma importante contribuição. Entretanto espera-se que nas etapas posteriores de elaboração do PMMA haja transparência e comunicação clara a respeito dos resultados e o quanto eles influenciaram na elaboração do plano.

Os mesmos autores destacam que a presença de ONGs pode contribuir para a efetividade do processo, no caso do PMMA, foi verificado pela presença da Fundação SOS Mata Atlântica, como parceira do projeto, das entidades que compõem a Comissão Especial do Cades, além das outras que participaram durante as oficinas públicas.

A metodologia utilizada durante as oficinas foi aprimorada de acordo com discussões periódicas realizadas dentro do grupo de trabalho. A principal preocupação da equipe foi a extensão do questionário, pensando que talvez isso inibisse a indicação de áreas ou produzisse informações de baixa qualidade. Por conta dessa apreensão, a ficha de registro foi introduzida a partir da terceira oficina.

Conforme as oficinas eram realizadas, os facilitadores aprimoravam sua abordagem, equacionando melhor as etapas das oficinas subsequentes, sanando as dúvidas dos participantes com maior facilidade, melhorando os procedimentos de comunicação e registro das atividades.

Com a participação da sociedade no levantamento preliminar das áreas verdes da cidade, o grupo de trabalho acredita que o PMMA de São Paulo, será mais justo e de acordo com a realidade vivenciada na cidade, uma vez que esse diagnóstico será mais uma fonte a ser considerada na escolha das áreas prioritárias para conservação e preservação da mata atlântica. Segundo Roseland (2012), as oficinas se caracterizam como um processo de participação conhecido como *charrete*, em que há a participação popular direta na elaboração dos diagnósticos das áreas verdes da cidade, como também no delineamento de possíveis cenários para estas áreas.

CONTRIBUIÇÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inserção da população no processo de elaboração do PMMA é um passo importante para democratização da gestão pública. Porém sua efetividade só poderá ser analisada quando o processo de elaboração do plano estiver concluído.

Considerando-se o tamanho do município de São Paulo, e sua grande população, a decisão de fragmentar as oficinas por regiões parece ter sido um resultado acertado, mas sua eficácia só poderá ser analisada mais concretamente quando o processo se concluir. Há ainda o desafio de compilar os dados coletados e analisá-los, como também fazê-los interagir com o diagnóstico técnico realizado pelo Grupo de Trabalho responsável, bem com incorporar as sugestões das oficinas nas ações previstas no PMMA.

As próximas etapas de desenvolvimento do plano enfrentarão ainda conflitos com outros interesses à medida que novos atores passarem a participar da elaboração do plano.

De acordo com a Portaria Intersecretarial 001/ SVMA/SMDU/SMSP/2015 (Cidade de São Paulo, 2015) que dá origem ao Grupo de Trabalho, a decisão final quanto à aprovação do PMMA será realizada pelo CADES. Com isso, está garantida a participação social no

processo de decisão, novamente alinhando o plano com as orientações o Ministério do Meio Ambiente, por meio do roteiro de elaboração dos planos (Dutra et al., 2013), e do defendido como melhor meio para a legitimação da gestão pública por Haikio(2007).

Como consideração final, recomenda-se a experimentação de novas técnicas de participação social para a complementação do diagnóstico, como o uso da internet, que é defendido por Kingston, Carver, Evans, & Turton (2000), isso talvez permita a obtenção de mais resultados (já que a elaboração não precisaria se restringir a um único dia da participação).

BIBLIOGRAFIA

Aguiar, A. de O. e, & Steinmetz, S. (2013). Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica: Lições aprendidas num projeto de mobilização e capacitação. In *XXXVII EnANPAD* (pp. 1–16). Rio de Janeiro.

Ambiental Consulting. (2015). Observatório dos municípios que estão envolvidos com o PMMA. Retrieved June 15, 2015, from http://www.pmma.etc.br/index.php?option=com_content&view=article&id=192&Itemid=1081

Bingham, L. B., Nabatchi, T., & O’Leary, R. (2013). The New Governance : Practices Citizen and Processes for Work Stakeholder and of in the Participation Government. *Public Administration Review*, 65(5), 547–558. doi:10.1111/j.1540-6210.2005.00482.x

Brasil. Lei 11.428/2006 (2006). Legislativo.

Brasil. Decreto Nº 6.660, de 21 de novembro de 2008 (2008). Diário Oficial da União (24/11/2008, P. 1). Retrieved from http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6660.htm

Brasil. Mapa da Área de Aplicação da Lei nº 11.428 de 2006 (2008).

Cidade de São Paulo. (2011). *Plano Municipal de Estratégias e Ações Locais pela Biodiversidade*. São Paulo, SP. Retrieved from http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/lab_pt_eng_v04a_1339689459.pdf

Cidade de São Paulo. Lei nº 16.050, de 31 de Julho de 2014 (2014). Prefeitura de São Paulo. Retrieved from http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/2014-07-31_-_lei_16050_-_plano_diretor_estratgico_1428507821.pdf

Cidade de São Paulo. Portaria Intersecretarial 001/SVMA/SMDU/SMSP/2015 (2015).

Dutra, C. M. (2013). *Lições aprendidas na conservação e recuperação da Mata Atlântica* (1st ed.). Brasília: Ministério do Meio Ambiente.

Dutra, C. M., Cordeiro, S. H. T. de C., Cordeiro, L. A., & Deitenbach, A. (2013). *Roteiro para a elaboração dos Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata*

Atlântica. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. doi:https://www.sosma.org.br/wp-content/uploads/2014/05/livro_roteiro_planos_municipais.pdf

Haikio, L. (2007). Expertise, Representation and the Common Good: Grounds for Legitimacy in the Urban Governance Network. *Urban Studies*, 44(11), 2147–2162. doi:10.1080/00420980701518982

Kingston, R., Carver, S., Evans, a., & Turton, I. (2000). Web-based public participation geographical information systems: An aid to local environmental decision-making. *Computers, Environment and Urban Systems*, 24(2), 109–125. doi:10.1016/S0198-9715(99)00049-6

Larson, A. M., & Ferroukhi, L. (2003). Conclusions. In L. Ferroukhi (Ed.), *Municipal Forest Management in Latin America* (pp. 213–232). Bogor, Indonesia: CIFOR, IDRC.

Prefeitura de São Paulo. (2015). Secretaria do Verde e do Meio Ambiente de São Paulo. Retrieved July 17, 2015, from http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente

Roseland, M. (2012). Governing sustainable communities. In *Toward Sustainable Communities* (4th ed., p. 363). Gabriola Island.

Varjabedian, R. (2010). Lei da Mata Atlântica: Retrocesso ambiental. *Estudos Afro-Asiáticos*, 23(68), 147–160. doi:10.1590/S0103-40142010000100013